

A AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO URUGUAI CATARINENSE E AS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS OCORRIDAS NO ESPAÇO RURAL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

Autores: Débora AGOSTINI; Rudinei Kock EXTERCKOTER; Suzana BACK; Joana ANTONIAK.

Identificação autores: Acadêmica do curso de Agronomia IFC – Campus Concórdia; Orientador IFC – Campus Concórdia; Docente IFC – Campus Concórdia; Acadêmica do curso de Agronomia IFC – Campus Concórdia.

RESUMO

As sucessivas crises enfrentadas pela sociedade contemporânea levaram a introdução de um novo conceito no debate teórico sobre desenvolvimento regional: o de “resiliência”. Com base neste contexto, esta pesquisa se propõe a analisar as principais transformações demográficas ocorridas no meio rural, na microrregião político-administrativa do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), entre os anos de 1991 e 2010, a partir da resiliência. Esta se configura em uma pesquisa de caráter exploratório e está centrada na análise de dados do IBGE. Os resultados indicam que a população rural da AMAUC tem sofrido perturbações, mas os agricultores têm respondido as mesmas com estratégias adaptativas.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As discussões sobre desenvolvimento regional vão ao encontro das teorias que buscam explicar as relações entre economia e espaço. Estas teorias mudaram e evoluíram consideravelmente ao longo do tempo, sempre procuram contribuir para minimizar os crescentes impasses sobre o bem-estar e a qualidade de vida advindos do foco no estímulo à maior competitividade das economias regionais. Este foco tem desencadeado profundas transformações nos mais diferentes espaços, resultando em dinâmicas desiguais de desenvolvimento, na medida em que, inclui e marginaliza diversas regiões.

Diante deste cenário de instabilidade e de turbulência, um novo conceito foi introduzido no debate teórico a respeito do desenvolvimento regional: o de “resiliência”. Esta abordagem busca colaborar para que as economias encontrem formas de se adaptarem e reagirem antes de serem conduzidas à crise aguda. Afinal, as regiões estão sujeitas a todo tipo de interrupções e rupturas. Segundo diversos pesquisadores (Pike et al., 2010; Simmie e Martin, 2010; dentre outros), a noção de resiliência parece ser altamente relevante para a compreensão do processo e dos padrões de desenvolvimento regional desigual, bem como, das transformações desencadeadas por este processo, no espaço urbano como no rural.

Entretanto, a resiliência como abordagem teórica ainda é pouco utilizada para o estudo de regiões mais afastadas dos centros econômicos mais importantes das nações, onde o rural apresenta grande importância. Conforme argumenta Pike et al. (2010), os trabalhos aplicados

são escassos e em geral, estão centrados principalmente no estudo de áreas urbanas e industriais.

Notoriamente, as crises sempre fizeram parte do cotidiano das regiões rurais, mesmo naquelas com forte presença de agricultores familiares. Estes sempre tiveram de encontrar soluções para enfrentar eventos inesperados de ordem ambiental e econômica. Entretanto, o aumento da concorrência, a globalização e as mudanças ambientais, têm exigido dos agricultores familiares cada vez mais respostas adaptativas, que expressam a resiliência destes sistemas. Para avançar na compreensão deste processo este trabalho se dedica ao estudo da microrregião do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC).

A AMAUC se notabiliza pelas complexas relações entre o setor agroindustrial e a agricultura familiar. Enquanto o primeiro é o principal responsável regional pela pressão por competitividade, o segundo tem chamado a atenção pela grande capacidade adaptativa em favor de sua reprodução social, contribuindo para o dinamismo da economia regional. Este espaço possui características peculiares que o distingue das demais regiões. O processo de colonização, os sistemas de produção, a estrutura produtiva e agrária, as indústrias agroalimentares, são alguns exemplos. Contudo, é a forte presença da agricultura familiar, com sua forma de produção e trabalho, que se constitui no agente social e econômico mais emblemático. Diante disso, esta pesquisa se propõe a analisar as principais transformações demográficas ocorridas no meio rural, na microrregião do Alto Uruguai Catarinense, entre os anos de 1991 e 2010, a partir da resiliência.

METODOLOGIA

Esta se configura em uma pesquisa de caráter exploratório e está centrada em análises quantitativas e qualitativas com base em dados secundários. Explora-se o espaço de tempo entre os anos de 1991 e 2010, período marcado por fortes crises regionais e por significativas mudanças demográficas no meio rural. Como subsídios para avançar neste propósito, foram utilizados dados referentes ao êxodo rural disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Estes dados ajudarão a identificar se houve variações na capacidade de adaptação dos agricultores familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A AMAUC foi à última fronteira a ser ocupada no estado de Santa Catarina e apresentou, proporcionalmente, uma maior taxa de êxodo rural entre os anos de 1990 e 2010, quando comparada com o Brasil e com o próprio estado. Assim, enquanto no Brasil e em Santa Catarina, entre 1991 e 2000, temos taxas de 11% e 15%, respectivamente, na AMAUC esta taxa é de 20%. Já na década seguinte vamos encontrar uma redução no êxodo, tanto no Brasil como em Santa Catarina, 7% e 12%, respectivamente, enquanto que na AMAUC é mantida a taxa de 20%. Nossa hipótese é de que as maiores taxas de êxodo rural na AMAUC também é reflexo do maior contingente populacional que existia neste espaço, quando comparado com o restante do país (Quadro 1).

Quadro 1 – Relação entre a população rural e urbana em diferentes unidades administrativas nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

UNIDADES ADMINISTRATIVAS	CENSO 1991		CENSO 2000		CENSO 2010	
	URBANA (%)	RURAL (%)	URBANA (%)	RURAL (%)	URBANA (%)	RURAL (%)
BRASIL	76	24	81	19	84	16
SANTA CATARINA	71	29	79	21	84	16
AMAUC	43	57	56	44	66	34

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisarmos o Quadro 1, fica evidente a discrepância entre o montante de população rural existente na AMAUC, ao longo de cada censo demográfico, quando comparado ao do Brasil e de Santa Catarina. Ou seja, a maior taxa de êxodo nesta região está associada também, ao fato de haver um maior contingente populacional no meio rural. Portanto, esta é uma região que ainda conta com uma significativa população no campo, com forte capital social e identidade cultural, elementos estes que são fundamentais para o incremento de resiliência.

Neste cenário, embora exista a possibilidade de reduzir a velocidade com que o campo vem sendo abandonado, em especial, com a implantação de políticas públicas que colaborem para melhoria da infraestrutura estimulando a sucessão familiar, por hora o que se vislumbra é um contínuo processo de envelhecimento da população rural e de redução da força de trabalho (Figura 1).

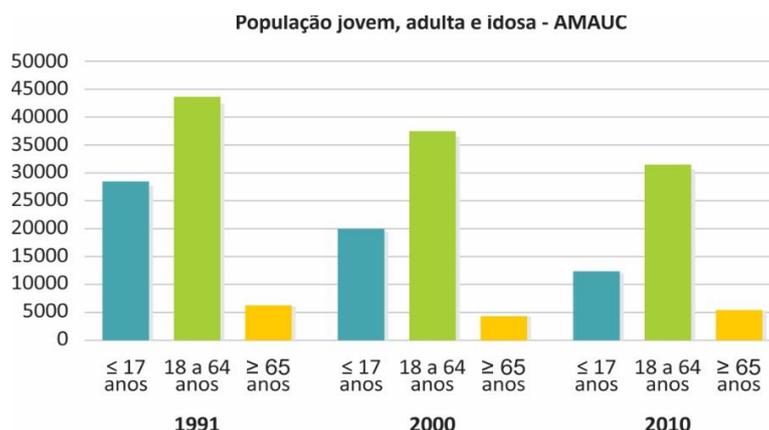


Figura 1 – Comparativo entre a população jovem, adulta e idosa, nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, na AMAUC. Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 ajuda a compreender as transformações que vem ocorrendo no espaço rural da AMAUC, em que vemos quatro fenômenos ocorrendo simultaneamente: famílias menores, manutenção das taxas de êxodo, diminuição da população rural economicamente ativa e aumento da parcela de população idosa. Também é interessante observar que o êxodo é maior entre os jovens. Para confirmar essa hipótese foi calculado o RIS. O RIS permite compreender a razão entre as populações de dois censos consecutivos com idades equivalentes e neste caso foi feito a opção por verificá-lo em relação à população com faixa etária entre 15 e 19 anos, por ser considerada a mais propensa a abandonar o campo. Portanto, calculamos o RIS para população rural entre 15 e 19 anos em 1991, e a população rural entre 25 e 29 anos em 2000, repetindo o cálculo para as mesmas faixas etárias, de 15 a 19 em 2000 e de 25 a 29 em 2010. Para a década de 1990, obtivemos RIS da população rural de 0,70, o qual passou para 0,49 na década seguinte. Ou seja, do contingente populacional com idade entre 15 e 19 anos em 2000, apenas 49% permaneceu na área rural em 2010.

Para confirmar que o êxodo é maior entre os jovens, foi verificado o RIS para as seguintes faixas etárias: 35 a 39 em 1991 e 45 a 49 em 2000, 35 a 39 em 2000 e 45 a 49 em 2010, 55 a 59 em 1991 e 65 a 69 em 2000, e 55 a 59 em 2000 e 65 a 69 em 2010. O resultado confirmou a hipótese, já que na faixa etária entre 35 a 39 e 45 a 49 o RIS foi de 0,80, tanto para o período de 1991 a 2000, como de 2000 a 2010. Assim, como já haviam observado Maia e Buainain (2015), para o caso brasileiro na faixa etária de 40 a 50 anos, o RIS é mais alto devido ao fato de o agricultor se estabilizar em sua atividade agrícola e perder os estímulos para migrar às áreas urbanas. No entanto, ainda segundo os autores, a diferença tende a crescer por volta dos 55 anos. Esta situação também foi observada nesta pesquisa, onde o RIS foi de 0,65 entre 1991 e 2000 e de 0,70 entre 2000 e 2010. Neste caso, o resultado se justifica pela

existência de idosos, aposentados ou pensionistas que optam por viver em área urbana devido ao mais fácil acesso a serviços, em especial de saúde, e a maior taxa de mortalidade ocorrer justamente entre os idosos.

Outra importante dimensão de análise é o êxodo seletivo e a masculinização da população rural. Um primeiro indício de que este processo se faz presente na AMAUC se dá pela observação do predomínio da população masculina nas mais diferentes faixas etárias. Tudo isso leva a um problema ainda mais grave, a falta de sucessores nas propriedades rurais.

Diante deste cenário o desenvolvimento regional na perspectiva da resiliência é dependente de políticas capazes de criar um ambiente em que o jovem possa perceber o rural como local adequado para realizar seu projeto de vida. Os desafios dos processos sucessórios estão pondo em risco a continuidade da agricultura familiar e com ela se vislumbra uma ameaça que pode culminar em uma nova crise regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos uma realidade empírica, como o caso da AMAUC, fica evidente que a população do espaço rural tem sofrido perturbações que levam, gradativamente, a minar sua capacidade reprodutiva, culminando também na perda de resiliência. Ainda assim, a AMAUC ainda conta com um contingente populacional (34%) na área rural que pode frear a visível erosão gradativa da resiliência e criar um novo ciclo de crescimento. Para isso, é importante entender quais os componentes que conferem resiliência a região.

REFERÊNCIAS

- Maia, A. G. e Buainain, A. M. “O novo mapa da população rural brasileira”. *Confins-Revue francobrásilienne de géographie*, n. 25, 2015. p. 1-26.
- Pike, A.; Dawley, S.; Tomaney, J. “Resilience, adaptation and adaptability”. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v.3, p. 59-70, 2010.
- Simmie, J. e Martin, R. L. “The economic resilience of regions: towards an evolutionary approach”. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 3, p. 27-43, 2010.